



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2021

&

Relatório dos Auditores Independentes



VERTENTE
agropecuária

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos

**Acionistas e Administradores da
AGROPECUÁRIA VERTENTE S.A.**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **AGROPECUÁRIA VERTENTE S.A.** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **AGROPECUÁRIA VERTENTE S.A.** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da governança sobre as demonstrações contábeis

A Administração da **AGROPECUÁRIA VERTENTE S.A.** é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Cabeceiras (GO), 25 de março de 2022.

CLAUDINEI

DALLASTRA:7783306616

8

Assinado de forma digital por

CLAUDINEI

DALLASTRA:77833066168

Dados: 2022.03.25 11:20:18 -03'00'

UNIÃO AUDITORES INDEPENDENTES S/S.

CRC DF 501/O-1

CVM 6785

CLAUDINEI DALLASTRA

Contador CRC DF 16037/O

AGROPECUÁRIA VERTENTE S/A

CNPJ - 21.392.197/0001-21
NIRE - 52 30001827-7

Demonstração Financeira Consolidada Fundo em 31 de dezembro de 2021

Valores em R\$ 1,00

Balanco Patrimonial									
DESCRIÇÃO	Nota Explicativa	2021	2020	2021	2020	DESCRIÇÃO	Nota Explicativa	2021	2020
		Controladora		Consolidado				Controladora	
ATIVO		203.061.567	98.506.942	226.320.300	187.108.869	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		203.061.567	98.506.942
Ativo Circulante		42.570.189	29.314.509	77.126.387	49.470.597	Passivo Circulante		10.831.967	10.387.522
Caixa e EquivaleLtes de Caixa	6	8.686.157	5.686.991	21.130.432	12.671.703	Fornecedores	11	3.200.434	4.595.142
Contas a Receber	7	509.554	76.500	2.510.262	259.886	Salários e Obrigações Sociais	12	506.189	563.040
Impostos a Recuperar/Compensar		248.433	319.331	347.045	542.901	Obrigações Fiscais	13	82.859	75.900
Adiantamentos		1.069.079	667.006	1.091.571	857.998	Empréstimos e Financiamentos	14	6.383.856	4.494.811
Estoques	8	31.958.846	22.470.004	51.824.631	35.043.432	Adiantamento Recebidos		-	52.820
Despesas Antecipadas		98.120	94.677	222.446	94.677	Lucros Distribuidos a Pagar		-	48.000
						Outras Obrigações		658.629	1.634.709
Ativo Não Circulante		160.491.378	69.192.433	149.193.913	137.638.272	Passivo Não Circulante		12.910.366	10.467.082
Investimentos	9	113.635.328	28.853.871	29.577.224	29.382.367	Empréstimos e Financiamentos	14	12.910.366	10.467.082
						Contratos de Mútuo		-	6.062.500
Imobilizado	10	46.856.050	40.338.562	119.616.689	108.255.905	Obrigações Fiscais		-	7.023
						Patrimônio Líquido	15	179.319.234	77.652.338
						Capital Social		45.640.000	45.640.000
						Reserva Legal		3.286.079	1.542.679
						Reserva de Capital		33.124.598	-
						Reserva de Lucros		30.469.659	30.469.659
						Participação de não controladores		-----	-----
								33.702	66.827.267

Demonstração do Resultado do Exercício					
DESCRIÇÃO	Nota Explicativa	2021	2020	2021	2020
		Controladora		Consolidado	
Receita Operacional Bruta	16	48.767.223	26.296.021	101.155.743	53.357.311
(-) Deduções da Receita Bruta	18	(933.107)	(272.829)	(2.148.288)	(983.792)
Receita Operacional Líquida		47.834.116	26.023.192	99.007.455	52.373.519
(-) Custos dos Produtos Vendidos	17	(22.100.712)	(11.862.101)	(42.412.665)	(24.827.575)
Lucro Operacional Bruto		25.733.404	14.161.091	56.594.790	27.545.944
Despesas/Receitas Operacionais		(6.887.283)	(8.065.456)	(16.073.871)	(15.687.170)
(-) Despesas com Pessoal		(933.400)	(867.413)	(1.677.306)	(1.558.259)
(-) Despesas com Materiais		(486.896)	(3.433.790)	(2.794.155)	(5.122.579)
(-) Despesas com Serviços		(3.454.313)	(2.568.900)	(7.680.229)	(6.246.990)
(-) Despesas com Depreciação		(1.941.356)	(1.661.934)	(3.605.663)	(3.017.432)
(+) Outras Receitas		1.166.737	1.480.033	1.302.737	1.526.342
(-) Outras Desp. Gerais e Administrativas		(1.238.052)	(1.013.452)	(1.619.255)	(1.268.252)
Resultado Operacional antes das Rec./Desp. Financeiras		18.846.121	6.095.635	40.520.919	11.858.774
Resultado Financeiro	19	(135.091)	(414.723)	(398.798)	(640.127)
(+) Receitas Financeiras		930.687	567.587	1.506.455	802.528
(-) Despesas Financeiras		(1.065.778)	(982.310)	(1.905.253)	(1.442.655)
(+/-) Resultado de Participações Societárias		17.982.559	2.250.163	194.857	80.215
Resultado antes da Contribuição Social e IRPJ		36.693.589	7.931.075	40.316.978	11.298.862
(-) Provisão para Imposto de Renda		(1.207.117)	(641.833)	(2.509.748)	(1.281.874)
(-) Provisão para Contribuição Social IRPJ/CSLL Diferidos		(618.474)	(334.366)	(1.278.747)	(665.338)
		-	-	2.544	(2.745)
Lucro Líquido do Exercício		34.867.998	6.954.876	36.531.027	9.348.905
Resultado atribuído aos:					
Acionistas controladores				34.867.998	6.954.876
Acionistas não controladores				1.663.029	2.394.029
Lucro líquido do exercício				36.531.027	9.348.905
Resultado por ação:					
Resultado por ação - básico		0,7639789220	0,1523855390	0,8004168931	0,2048401621
Resultado por ação - diluído		0,7639789220	0,1523855390	0,8004168931	0,2048401621

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

JOSÉ AMÉRICO MIARI
Diretor Presidente

CÁSSIO ABREU ROSA MIARI
Diretor Executivo

CELSO GUERRA LEMOS NETO
Contador - CRC DF-019351/O-0

AGROPECUÁRIA VERTENTE S/A

CNPJ - 21.392.197/0001-21

NIRE 52 30001827-7

Demonstração Financeira Consolidada Findo em 31 de dezembro de 2021 Fluxo de Caixa Demonstrado pelo Método Indireto

Valores em R\$ 1,00

Descrição das Atividades	2021	2020	2021	2020
	Controladora		Consolidado	
<u>Das atividades operacionais</u>				
Resultado do Exercício antes do IRPJ e CSLL	36.693.589	7.931.075	40.316.978	11.298.862
Ajustes por:				
Depreciação e amortização	1.941.356	1.661.934	3.605.663	3.017.432
Superveniências (Ativas) e Passivas	59.355	(1.476.034)	59.355	(1.476.034)
Variação (Ativas) e Passivas	(829.055)		(829.055)	
(Ganho) Perda de ativos		18.833		18.833
(Ganho) Perda na alienação de bens	(18.656)	(4.000)	(18.656)	(4.000)
Despesa de juros	1.062.481	915.958	1.885.203	1.317.531
Resultado de investimentos avaliados pelo MEP	(17.982.559)	(2.250.163)	(194.857)	(80.215)
	20.926.511	6.797.603	44.824.631	14.092.409
<u>Variações nos ativos e passivos</u>				
(Aumento) redução em Clientes	(433.054)	-	(2.250.375)	175.445
(Aumento) redução em Impostos a Compensar	70.898	(256.636)	195.856	(423.406)
(Aumento) redução em Adiantamentos	(402.073)	(364.821)	(233.573)	196.254
(Aumento) redução em Estoques	(8.719.142)	(7.976.633)	(16.011.499)	(10.648.107)
(Aumento) redução em Outros ativos circulantes	(3.443)	(42.573)	(127.769)	(42.573)
Aumento (redução) em Fornecedores	(1.394.708)	1.962.334	(1.964.400)	3.760.797
Aumento (redução) em Salários e Obrig. Sociais	(56.851)	43.917	(112.330)	121.304
Aumento (redução) em Obrigações Tributárias	7.773	6.828	5.481	92.801
IRPJ e CSLL pagos	(1.826.404)	(1.364.812)	(3.601.311)	(2.175.858)
Aumento (redução) em juros a pagar	(1.062.481)	(915.958)	(1.885.203)	(1.272.679)
Aumento (redução) em Outras Obrigações		658.629	52.820	658.629
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais	7.107.026	(1.452.122)	18.892.328	4.535.016
<u>Das atividades de investimentos</u>				
Aquisição de imobilizado	(8.469.189)	(2.036.647)	(14.976.793)	(22.416.466)
Recursos provenientes de alienação do imobilizado	29.000	4.000	29.000	4.000
Aquisição de investimentos	-	(10.560.000)	-	(275.000)
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de investimentos	(8.440.189)	(12.592.647)	(14.947.793)	(22.687.466)
<u>Das atividades de financiamentos</u>				
Integralização de Capital Social	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-	-	(1.609.696)	(1.104.365)
Aumento (redução) de empréstimos e financiamentos	4.332.329	4.854.349	6.123.890	14.108.766
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de financiamentos	4.332.329	4.854.349	4.514.194	13.004.401
Fluxo de caixa total	2.999.166	(9.190.420)	8.458.729	(5.148.049)
<u>Demonstração do aumento (redução) nas disponibilidades</u>				
No início do exercício	5.686.991	14.877.411	12.671.703	17.819.752
No fim do exercício	8.686.157	5.686.991	21.130.432	12.671.703
Aumento (redução) nas disponibilidades	2.999.166	(9.190.420)	8.458.729	(5.148.049)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

JOSÉ AMÉRICO MIARI
Diretor Presidente

CÁSSIO ABREU ROSA MIARI
Diretor Executivo

CEL SO GUERRA LEMOS NETO
Contador - CRC DF-019351/O-0

AGROPECUÁRIA VERTENTE S/A

CNPJ - 21.392.197/0001-21

NIRE 52 30001827-7

Demonstração Financeira Consolidada Findo em 31 de dezembro de 2021 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Atribuível aos acionistas controladores

Transações	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Capital	Reserva de Lucros	Participação de não controladores	Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	45.640.000	1.194.935	-	23.862.527	65.489.604	136.187.066
Lucro Líquido do Exercício				6.954.876	1.337.663	8.292.539
Destinações						-
Reserva Legal		347.744		(347.744)		-
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	45.640.000	1.542.679	-	30.469.659	66.827.267	144.479.605
Lucro Líquido do Exercício				34.867.998	5.333	34.873.331
Destinações						-
Reserva Legal		1.743.400		(1.743.400)		-
Reserva de Capital			33.124.598	(33.124.598)		-
Mudanças na participação em controladas						-
Aquisição de participação de não controladores	66.798.898				(66.798.898)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	112.438.898	3.286.079	33.124.598	30.469.659	33.702	179.352.936

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

JOSÉ AMÉRICO MIARI
Diretor Presidente

CÁSSIO ABREU ROSA MIARI
Diretor Executivo

CEL SO GUERRA LEMOS NETO
Contador - CRC DF-019351/O-0

Notas Explicativas as Demonstrações Financeiras

Nota	Pag
Base de Preparação	
1. Contexto Operacional.....	9
2. Relação de Entidades Controladas	9
3. Apresentação das Demonstrações Financeiras	9
4. Conclusão, Autorização para Publicação e Aprovação	10
Políticas Contábeis	
5. Principais Práticas e Estimativas Contábeis	10
Ativos	
6. Caixa e Equivalentes de Caixa	13
7. Contas a Receber.....	14
8. Estoques.....	14
9. Investimentos	15
10. Imobilizado.....	15
Passivo e Patrimônio Líquido	
11. Fornecedores	16
12. Salários e Obrigações Sociais.....	16
13. Obrigações Fiscais	17
14. Empréstimos e Financiamentos	17
15. Patrimonio Liquido.....	17
Outras Informações	
16. Receitas	18
17. Custo dos Produtos Vendidos	18
18. Tributos Incidentes sobre a Receita	18
19. Recesultado Financeiro	19
20. Aspectos Tributários	19
21. Projeção de Produtividade e Área por Cultura	19
22. Cobertura de Seguros	20
23. Partes Relacionadas	20
24. Evento Subsequente.....	20
25. Auditores Independentes	20
26. Certificação.....	20
27. Política Ambiental	21

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 de dezembro de 2021.

NOTA 1. Contexto Operacional.

a. A Empresa.

A Agropecuária Vertente S/A é uma pessoa jurídica de direito privado de fins lucrativos, produtora de commodities agrícolas focada na produção de café, que surge a partir da reorganização dos negócios da Trier Engenharia S/A, iniciando suas atividades em 01/11/2014, com área total de 3.880 hectares, situada no município de Cabeceiras - GO.

A Sociedade foi constituída a partir da integralização pela Trier Engenharia S/A de sua filial denominada Fazenda Salto - Imóvel rural, constituído de terras, benfeitorias, equipamentos e estoques.

Em setembro de 2015, ocorreu a transformação da referida sociedade de Ltda em anônima fechada, que passou a girar sob a denominação de Agropecuária Vertente S/A.

O modelo de negócio é baseado em um sistema de produção moderno, em alta escala, controle rigoroso dos custos e responsabilidade socioambiental, contando com estrutura própria para a secagem e armazenagem do café.

b. Áreas de Negócios.

A Agropecuária Vertente S/A possui como atividades em terras próprias: Cultivo de café, feijão, soja, milho, criação de bovinos para corte, com predominância para o cultivo do café, além de investimentos em outras empresas do agronegócio.

NOTA 2. Relação de Entidades Controladas

Segue abaixo a participação da Controladora na data findo do balanço.

	Participação	
	2021	2020
Agropecuária Nova América Ltda	99,97%	30,16%

Com sede na cidade de Brasilândia de Minas/MG, com objeto social de exploração da Atividade Agropecuária e Aluguel de Imóveis Próprios. (Nota explicativa 5a e 9).

A controlada possui 50% (cinquenta por cento) de participação no Capital Social na sociedade Lumem Algodoeira Ltda que tem objeto social de Recebimento de Algodão em Caroço, Desintegração Mecânica de Fardão, Pré-Limpeza de Algodão, Limpeza de Algodão, Descaroçamento e Limpeza de Pluma, Enfardamento e Prensagem, Comercialização, Exportação, e Importação, Prestação de Serviços.

NOTA 3. Apresentação das Demonstrações Financeiras.

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”).

Em conformidade com a OCPC 07 – Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão evidenciadas, e correspondem àquelas da Administração na sua gestão.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

A preparação e a apresentação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Tais políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

a. Base de Mensuração.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da administração da Agropecuária Vertente S/A e de suas controladas no processo de aplicação das suas políticas contábeis.

Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 5.

b. Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras da Companhia refletem os ativos, passivos e transações da Controladora e sua controlada. Os saldos e as transações entre empresas, que incluem lucros não realizados, são eliminados, as políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas estão descritas na nota 5.

c. Apresentação.

Estão sendo apresentadas em conjunto com as demonstrações financeiras, a DFC - Demonstração dos Fluxos de Caixa - preparada pelo método indireto, de acordo com as normas e procedimentos do CPC 03 e a DVA – Demonstrativo do Valor Adicionado - preparada de acordo com CPC 09, sendo apresentada de forma adicional, pois pela legislação é requerida somente as companhias de capital aberto, sendo submetida aos mesmos procedimentos de auditoria das demais demonstrações.

Para melhor compreensão, as demonstrações estão expressas em unidades de Real, moeda funcional da companhia, desprezadas as frações de centavos.

NOTA 4. Conclusão, Autorização para Publicação.

Em conformidade com a Resolução CFC nº 1.184/09 (Aprovou a NBC TG 24 – Evento Subsequente) a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31/12/2021 foi autorizada pela diretoria em 25 de março 2022.

NOTA 5. Sumário das principais práticas e estimativas contábeis.

Dentre as principais práticas contábeis adotadas para a preparação das demonstrações financeiras, ressaltam-se:

a. Investimentos em Controladas.

As controladas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, e também o controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

Os investimentos em controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial conforme orientação do CPC 18 (R2) e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo estando sujeitas ao Pronunciamento Técnico CPC 19. (Nota explicativa 9).

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas controladas é reconhecida na demonstração do resultado e ajustadas contra o valor contábil do investimento. A Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da controlada.

b. Provisões.

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que benefícios econômicos futuros dele provenientes fluirão para a Companhia e seu custo ou valor puder ser determinado em bases confiáveis.

Provisões são classificadas como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstradas como não circulantes.

c. Imposto de Renda e Contribuição Social.

Os tributos sobre o lucro da sociedade IRPJ e a CSLL, são calculados pela competência, na controlada pelo regime de caixa, adotando-se o regime do Lucro Presumido com base nos normativos tributários promulgados até a data de encerramento do exercício e de acordo com os regulamentos tributários brasileiros, sendo reconhecidas na demonstração do resultado do exercício.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido da Sociedade são calculados às alíquotas de 15% e 9%, respectivamente, acrescida do adicional para o IRPJ cuja alíquota é de 10%.

d. Apuração do resultado.

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas representam o valor justo recebido ou a receber pela venda de produtos no curso normal das atividades da Sociedade, e somente é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes aos mesmos são transferidos para o cliente. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.

e. Reconhecimento da receita.

Em conformidade com o CPC 47, a receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação dos serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita operacional é reconhecida quando: (i) os riscos e benefícios mais significativos forem transferidos para o cliente, (ii) for provável que benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável.

Segundo o CPC 47, a entidade somente deve reconhecer receitas quando (ou à medida que) satisfizer uma obrigação de desempenho ao transferir o bem ou o serviço ao cliente.

No exercício de 2021, a receita operacional bruta reconhecida, esta detalhada na nota explicativa 16.

f. Remuneração dos Juros sobre Capital Próprio e Dividendos.

Não houve no decorrer dos exercícios 2021 e 2020 remuneração aos acionistas da controladora a título juros sobre o capital próprio ou distribuição de lucros.

g. Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receitas de Contratos.

Em novembro de 2016, com vigência a partir de 01/01/2018, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis aprovou o Pronunciamento Técnico 47 – Receita de Contrato com Cliente - que entre outras, substituiu as normas para reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 – Receitas.

O princípio fundamental do CPC 47 é o reconhecimento da receita quando da transferência de controle dos bens e serviços aos clientes, em lugar do princípio da transferência de riscos e benefícios.

A prática contábil adotada pela Agropecuária Vertente S/A de apuração do resultado e reconhecimento de receita não sofreu alteração a partir do exercício 2018 em decorrência da adoção do CPC 47.

A Companhia reconhece suas respectivas receitas, bem como transfere o controle do produto e, portanto, satisfaz assim a obrigação de desempenho, possuindo direito executável (*enforcement*) ao recebimento pelo produto entregue.

h. Imobilizado.

É apresentado pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação fiscal e societária. As taxas de depreciação fiscais estão conforme a legislação tributária e as societárias são calculadas em decorrência da vida útil estimada do bem.

O custo da depreciação societária é calculado pelo método linear para distribuir seu valor ao longo do tempo, sendo reconhecida no resultado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Imóveis em Construção e Terras Rurais não são depreciados. Os valores do imobilizado e da depreciação estão divulgados na nota explicativa 10.

i. Avaliação do valor recuperável dos ativos.

A análise dos ativos contidos nas demonstrações financeiras encerradas em 31/12/2021 não indicou a necessidade de ajustes por perdas por “*impairment*” (CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos).

j. Estimativa do valor justo.

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, estão próximos de seus valores justos. Salvo disposição em contrário, os valores apresentados no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 aproximam-se dos valores de mercado e não divergem significativamente dos saldos contábeis.

k. Estoques.

Os estoques da Sociedade possuem critérios diferenciados de avaliação e estão apresentados por seu custo de aquisição, produção ou valor de pauta ajustados ao valor realizável líquido, quando este for menor que o custo. Os detalhes estão divulgados na nota explicativa 8.

l. Instrumentos financeiros.

A companhia classifica seus principais instrumentos financeiros ativos e passivos da seguinte forma:

Ativos financeiros não derivativos – mensuração

- i. *Equivalentes de caixa:* Incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo. (Nota explicativa 6)
- ii. *As aplicações financeiras:* são apresentadas ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil. Essas operações estão reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações de acordo com as taxas pactuadas com as instituições financeiras e não excedem o seu valor de mercado ou de realização. (Nota explicativa 6)
- iii. *Contas a receber de clientes:* Correspondem aos valores a receber pela venda de produtos no curso normal das atividades da Companhia. Devido o prazo de recebimento ser equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal de operações da Companhia), são classificadas no ativo circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo. (Nota explicativa 7)

Passivos financeiros não derivativos – mensuração

- iv. *Fornecedores:* As contas a pagar aos fornecedores são obrigações decorrente da aquisição de bens ou serviços adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo), caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante.

As contas a pagar de fornecedores inicialmente são reconhecidas pelo valor justo. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. (Nota explicativa 11).

- v. *Financiamentos e Empréstimos:* O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiamentos de infraestrutura. Estão demonstrados pelos valores de contratação.

Empréstimos e financiamentos são classificados no passivo circulante exceto, quando aplicável, pelas parcelas que podem incondicionalmente ser liquidadas após 12 meses da data de encerramento das demonstrações financeiras. (Nota explicativa 14).

A Sociedade não contratou quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios de 2021 e 2020. Os valores apresentados no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 aproximam-se dos valores de mercado e não divergem significativamente dos saldos contábeis.

m. Passivos Contingentes e Processos Judiciais.

A Sociedade não é parte em processos judiciais de qualquer natureza que geram passivos contingentes.

NOTA 6. Caixa e Equivalentes de Caixa.

Caixa e equivalentes de caixa, compreendem os saldos de caixa e investimentos de curto prazo altamente líquidos que são prontamente conversíveis em uma quantia conhecida de caixa e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Veja política contábil na nota explicativa 5.1.i.

c. Estoques de Rebanhos.

A Controladora possuía na data do balanço, conforme demonstrado abaixo, estoque de rebanhos avaliados pelo valor de pauta do Estado de Goiás, exceto os bovinos para reprodução, estes avaliados pelo custo de aquisição.

	Controladora					
	2021			2020		
Semoventes	Qt.	Vr. Pauta	Vr. Total	Qt.	Vr. Pauta	Vr. Total
Bovino Macho acima 36 meses	22,00	5.301,67	116.637,00	2,00	5.081,56	10.163,00
Bovino Fêmea acima 36 meses	637,00	3.359,29	2.139.868,00	601,00	3.254,79	1.956.129,00
Bovino Macho 25 a 36 meses	13,00	5.183,23	67.382,00	18,00	4.968,04	89.424,00
Bovino Fêmea 25 a 36 meses	33,00	3.284,94	108.403,00	57,00	3.182,74	181.416,00
Bovino Macho 13 a 24 meses	-	4.946,34	-	16,00	4.740,99	75.856,00
Bovino Fêmea 13 a 24 meses	55,00	3.136,23	172.493,00	54,00	3.038,66	164.088,00
Bovino Macho até 12 meses	72,00	2.932,84	211.164,00	35,00	2.811,08	98.388,00
Bovino Fêmea até 12 meses	73,00	2.761,79	201.611,00	65,00	2.675,87	173.932,00
Equino Macho	13,00	1.152,46	14.982,00	13,00	730,00	9.490,00
Equino Fêmea	7,00	1.152,46	8.067,00	7,00	730,00	5.110,00
Total>>>>>>>>>>>	925		3.040.607,00	868		2.763.996,00

d. Estoques de Insumos Agrícolas.

Constituídos basicamente de produtos utilizados nas culturas, tais como: Adubo de Solo, Herbicidas e outros. Estão avaliados pelo custo médio de aquisição e representam, na Controladora em 31/12/2021, o valor de R\$ 10.769.000 (2020 R\$ 2.831.003) e no Consolidado é de R\$ 17.104.417 (2020 R\$ 5.002.953). Do saldo de insumos, na Controladora o valor de R\$ 2.115.082 estava em poder de terceiros (2020 R\$ 675.531) e no Consolidado de R\$ 2.456.484 (2020 R\$ 728.047).

A companhia não constituiu provisão para perdas dos estoques de insumos agrícolas pois estes são adquiridos para serem utilizados dentro do prazo de validade não ocorrendo baixas por descarte.

NOTA 9. **Investimentos.**

A sociedade na data findo do balanço é Controladora em negócios junto a empresa do grupo econômico. A sociedade em análise das demonstrações financeiras da controlada encerradas em 31/12/2021, não indicou a necessidade de reconhecer perda adicional por redução ao valor recuperável do investimento líquido total na investida, conforme dispõem o Pronunciamento Técnico CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Veja política contábil na nota explicativa 5.a.

O Resultado da equivalência patrimonial demonstrado a seguir é contabilizado na data do balanço na sociedade a depender do resultado gerado pela investida como receita ou despesa:

Controladora			
Agropecuária Nova América Ltda	2020	Movimento	2021
Custo Investimento	5.215.000	56.511.000	61.726.000
Equivalência Patrimonial	4.443.871	28.270.457	32.714.328
Aportes p/Aumento Capital	19.195.000	-	19.195.000
Saldo Final do Exercício	28.853.871	84.781.457	113.635.328

NOTA 10. Imobilizado.

Em conformidade com o CPC 27 (IAS 16) – Ativo Imobilizado, terrenos, edificações e equipamentos são registrados pelo custo histórico de aquisição menos depreciação acumulada. A composição do saldo do ativo imobilizado está demonstrada no quadro abaixo. Veja políticas contábeis na nota explicativas 5.h.

NOTA 13. Obrigações Fiscais.

Referem-se a obrigações fiscais (impostos e contribuições incidentes sobre o resultado e receitas) e retenções incidentes sobre rendimentos do trabalho assalariado e prestações de serviços de pessoas jurídicas e físicas.

As referidas obrigações fiscais não possuem taxas de encargos e são reconhecidas dentro do próprio exercício sendo recolhidas em seus respectivos prazos de vencimento.

As composições das obrigações fiscais, na data do balanço, estão demonstradas na tabela a seguir de acordo com a sua respectiva natureza tributária.

Obrigações Fiscais por Natureza	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Tributos s/Lucro e Receitas	57.997	58.593	664.275	462.166
Retenções s/Fornecedores	5.719	3.864	15.450	26.844
Retenções s/Salários	19.143	13.443	31.302	24.874
Total>>>>>	82.859	75.900	711.027	513.884

NOTA 14. Empréstimos e Financiamentos.

O saldo da conta Empréstimos e Financiamentos não está reconhecido a valor presente, e corresponde ao valor original do contrato. Veja política contábil na nota explicativa 5.l.v.

Na data do balanço em 31/12/2021, a sociedade detinha financiamentos para renovação dos equipamentos e implementos agrícolas e custeio da safra 2021/2022 conforme demonstra-se a seguir.

Instituição Financeira	Controladora				Consolidado			
	2021		2020		2021		2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
BNDES/FINAME	1.356.054	4.125.107	1.122.054	5.481.161	1.768.307	6.186.370	1.534.306	7.954.676
Itaú Unibanco S/A	2.400.000	-	3.234.000	-	6.363.900	2.042.786	3.462.823	572.057
Bco. Bradesco S/A	2.415.340	6.881.759	138.181	4.985.921	3.311.613	8.566.827	3.502.982	6.698.183
BRBS S/A	211.500	1.903.500	-	-	211.500	1.903.500	-	-
Bco. do Brasil	962	-	576	-	962	-	576	-
	6.383.856	12.910.366	4.494.811	10.467.082	11.656.281	18.699.483	8.500.687	15.224.915
	19.294.222		14.961.893		30.355.764		23.725.602	

Para todas as modalidades de financiamentos foram dados como garantias/alienação os próprios bens financiados. A Companhia fez uso destes instrumentos para suprir as necessidades de seus fluxos de caixa na forma de capital de giro.

A Controlada celebrou em 2020 junto a Ettal Participações Societárias S/A, companhia relacionada através de seu quadro de acionistas na qual possuem participação na acionária, contrato de mútuo na condição de mutuária no montante de R\$ 7.500.000,00 com juros remuneratórios atrelado a Caderneta de Poupança pelo prazo de 120 meses. Em 2021 o saldo atualizado é de R\$ 7.038.580 (2020 R\$7.544.852).

NOTA 15. Patrimônio Líquido.

O capital social da controladora, na data do balanço, pertencentes a pessoas físicas residentes e domiciliados no Brasil, compõem-se de 112.438.898 (cento e doze milhões, quatrocentos e trinta e oito mil, oitocentos e noventa e oito) ações ordinárias nominativas sem valor nominal. O saldo de reserva legal atende ao art. 193 da lei 6.404/76. A composição do Patrimônio Líquido na data do balanço é demonstrada abaixo.

Composição do Patrimônio Líquido	2021	2020
Capital Social Integralizado	112.438.898	45.640.000
Reserva de Lucros	30.469.659	30.469.660
Reserva de Capital	33.124.598	-
Reserva Legal	3.286.079	1.542.679
Total	179.319.234	77.652.339

NOTA 16. Receitas.

Abaixo, quadro detalhando as receitas por produto comercializado. Veja política contábil na nota explicativa 5.e.

Demonstrativo das Receitas	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Semoventes - Bovinos para Corte	723.110	821.289	723.110	821.289
Milho a Granel e/ou em Espiga	6.130.498	2.843.935	18.308.234	7.705.135
Café Arábica em Grãos	35.821.796	17.894.150	35.821.796	17.894.150
Feijão em Grãos	366.670	1.251.013	366.670	1.251.013
Soja em Grãos	5.725.150	3.485.634	22.653.548	13.764.636
Algodão	-	-	16.161.857	8.554.713
Sorgo	-	-	4.768.761	2.048.315
Ervilha	-	-	48.495	212.372
Abóbora	-	-	625.851	-
Arrendamento Rural	-	-	1.677.422	1.105.687
Total	48.767.223	26.296.021	101.155.743	53.357.311

NOTA 17. Custo dos Produtos Vendidos.

Abaixo, quadro detalhando os custos por produto vendido. Em 2021 os Custos com Insumos Agropecuários foram otimizados pela antecipação das aquisições em 2020, sendo afetado em menor escala em função da desvalorização do Real.

Custos Produtos Vendidos	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Semoventes - Bovinos para Corte	776.589	983.788	776.589	983.788
Milho a Granel e/ou em Espiga	1.820.562	665.224	5.670.681	2.815.441
Café Arábica em Grãos	17.858.312	7.943.751	17.858.312	7.943.751
Feijão em Grãos	161.333	484.000	161.333	484.000
Soja em Grãos	1.483.915	1.785.338	8.796.592	6.969.338
Algodão	-	-	7.650.218	4.767.746
Sorgo	-	-	1.301.600	718.476
Ervilha	-	-	43.075	145.034
Abóbora	-	-	154.265	-
Total	22.100.712	11.862.101	42.412.665	24.827.575

NOTA 18. Deduções Tributos Incidentes sobre a Receita.**a. Produtos Destinados à Exportação.**

As vendas destinadas ao exterior, os tributos sobre o faturamento: PIS e COFINS possuem tributação Suspensa e o ICMS possui benefício da não tributação na sua efetiva exportação.

A agropecuária Vertente através de termo de acordo TARE junto a SEFAZ/GO, está credenciada a promover saída com fim específico de exportação de café cru sem destaque do ICMS.

b. Produtos Destinados ao Mercado Interno.

As vendas no mercado interno, são reguladas por normas distintas de tributação:

- i. *Competência:* Estaduais e Federais.
- ii. *Destino:* Dentro do estado de Goiás ou outra unidade da Federação.
- iii. *Destinatário:* Pessoa física ou jurídica, se indústria, comércio ou produtor rural.

Em geral, as vendas no mercado interno, seguem as seguintes regras fiscais:

- i. Pis e Cofins, tem a cobrança suspensa ou alíquota zero sobre o faturamento.
- ii. O ICMS é cobrado a alíquota de 17% para as operações internas e 12% para as operações para outra unidade da federação

- iii. As operações internas com venda de gado, soja e café são isentas da cobrança do ICMS.

A agropecuária Vertente é credenciada Junto a SEFAZ/GO a promover operações interestaduais sem o recolhimento antecipado do ICMS.

NOTA 19. Resultado Financeiro.

O resultado financeiro é demonstrado pelo resultado das receitas financeiras, deduzido das respectivas despesas.

As receitas financeiras compreendem basicamente os rendimentos provenientes de aplicações financeiras sendo reconhecidas *pro rata die* com base no método da taxa de juros efetiva. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros reconhecidos no resultado do exercício sobre os empréstimos e financiamentos.

Origem	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Rendimentos s/Aplicações Financeiras	812.271	387.132	1.293.063	524.746
Descontos Obtidos e/ou Juros Ativos	118.416	180.455	213.392	277.782
Juros e Encargos s/Fornecedores	(17)	(28)	(255)	(305)
Juros e Encargos s/Empréstimos e Financiamentos	(1.062.480)	(915.958)	(1.901.601)	(1.327.879)
Desc. Concedidos e/ou Perdas Aplic. Financeiras	(3.281)	(66.324)	(3.397)	(114.471)
Total	(135.091)	(414.723)	(398.798)	(640.127)

NOTA 20. Aspectos Tributários.

A opção pelo regime de tributação exercida para os exercícios 2021 e 2020 é o Lucro Presumido.

A diferença fundamental entre o conceito do lucro presumido em relação ao conceito do lucro real está no fato de que, no primeiro caso, há uma presunção por parte do fisco de qual seria o lucro das organizações, enquanto, que no segundo, o lucro a ser tributado corresponde ao lucro efetivo das empresas após a dedução dos impostos incidentes sobre receitas, custos e despesas, ajustado por adições e exclusões estabelecidas pela legislação fiscal.

A opção manifestada recai para a modalidade em que o pagamento de tributos, compreendendo não só o IRPJ e a CSLL, mas também o PIS e a COFINS se deem de forma mais econômica, atendendo também às limitações legais de opção a cada regime. Desta forma o lucro presumido vai de encontro à legislação fiscal e ao planejamento tributário exercido pelos administradores da companhia estimando-se receitas e custos, com base no orçamento anual.

NOTA 21. Projeção de Produtividade e Área por Cultura.

A seguir, apresentamos o quadro atualizado da área plantada do ano safra 2021/2022 e expectativas de colheita.

Produto	Área Plantada (Ha)	Plantio	Controladora		
			Projeção de Produtividade (Sc/Ha)	Produção Estimada (Sc)	Previsão de Colheita
Soja	805	Out/2021	70	56.350	Fevereiro/2022
Café	1.350	2004 à 2021	40,0	54.000	Setembro/2022
Milho	455	Fev/2022	190	86.450	Agosto/2022

Produto	Área Plantada (Ha)	Plantio	Controlada		
			Projeção de Produtividade (Ha)	Produção Estimada	Unidade de Medida
Soja	2222	Out/2021	80	177.760	SC
Milho Semente	708	Fev/2022	200	141.600	SC
Sorgo	569	Mar/2022	100	56.900	SC
Trigo	210	Mai/2022	80	16.800	SC
Algodão	711	Fev/2022	120	85.320	@

A área plantada é com utilização do sistema de irrigação por pivot central e/ou gotejamento, não havendo produção de culturas em sequeiro.

NOTA 22. Cobertura de Seguros.

A Companhia adota uma política conservadora com relação à contratação de seguros para cobertura de sinistros diversos. A cobertura de seguros é determinada segundo a natureza dos riscos dos bens, sendo considerada suficiente para cobrir eventuais perdas decorrentes de sinistros. Em 31/12/2021, a cobertura está assim contratada.

- i. ***Seguro Modalidade Multirisco Rural:*** Cobertura a danos a mercadorias (grãos estocados e animais), contra os riscos de incêndio, danos elétricos e outros.
- ii. ***Seguro Modalidade Penhor Rural:*** Cobertura de roubo/furtos e danos elétricos e outros dos equipamentos agrícolas de valor relevante.

NOTA 23. Partes Relacionadas.

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 5 – Divulgação sobre Partes Relacionadas, enquadram-se nesse conceito a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independentemente de haver ou não um valor alocado à transação.

As partes relacionadas referem-se a pagamento de pró-labore aos administradores e juros em contratos de mútuos em condições usuais de mercado, conforme mencionado na nota 14.

NOTA 24. Evento Subsequente.

A epidemia do Coronavírus (Covid-19) continua causando queda na produtividade de vários setores produtivos e comerciais, além de confinar pessoas e fragilizar a economia mundial. O setor do Agronegócio sofreu diretamente com a alta dos preços em decorrência da escassez de matéria-prima, aumento de demanda e às oscilações constantes do dólar, de contrapartida teve um aumento significativo no valor das commodities produzidas. Apesar dos diversos riscos e incertezas aos quais a companhia está sujeita, não fomos afetados no andamento da atividade operacional, que por Lei é classificada como atividade essencial ao país e a comunidade. Todavia, continuamos adotando todas as recomendações solicitadas pelas autoridades governamentais para o enfrentamento da pandemia.

NOTA 25. Auditores Independentes.

A sociedade esclarece não estar obrigada a Auditoria Independente, entretanto por liberalidade e adesão as boas práticas de governança, mantém contrato com auditores credenciados na CVM para auditoria das Demonstrações Financeiras.

NOTA 26. Certificação.

A companhia é certificada no Código de Conduta Utz Certified – Modulo Café - Este Módulo contém requisitos aplicáveis à produção de café e atividades de processamento até à obtenção do café verde e inclui elementos como: padrões para manutenção de registros; uso minimizado e documentado de defensivos agrícolas e proteção de direitos trabalhistas, entre outros.

NOTA 27. Política Ambiental.

A Sociedade está sujeita a diversas leis e regulamentos ambientais. A Sociedade tem obtido as licenças e autorizações necessárias e cumprido as condições ambientais estabelecidas, e não responde por nenhum processo judicial no descumprimento da legislação ambiental.

Administração.

JOSÉ AMÉRICO MIARI
Diretor Presidente

CÁSSIO ABREU ROSA MIARI
Diretor Executivo

CELSON GUERRA LEMOS NETO
Contador – CRC DF-019351/O-0